

Imperialismo e Luteranismo: o embate entre missionários alemães e americanos pelas comunidades luteranas no Brasil (1899-1938)

Imperialism and Lutheranism: the clash between German and American missionaries for Lutheran communities in Brazil (1899-1938)

Wilson Maske*

Resumo

O objetivo do presente artigo é apresentar os resultados de um estudo sobre um confronto, ocorrido no período de 1899 a 1938, entre dois grupos de missionários luteranos atuantes no Brasil, um alemão, ligado à Igreja Evangélica da Prússia, muito nacionalista, e outro, americano, ligado à Igreja Luterana – Sínodo de Missouri, e que atuava no Sul do Brasil. Além disso, o Sínodo de Missouri era relativamente indiferente às questões étnicas, tão presentes no discurso político nas primeiras décadas do século XX, pois as considerava uma questão do Estado ou de outras instituições, mas não tarefa de igrejas. O confronto referido, refletiu não apenas visões teológico-dogmáticas distintas dentro do luteranismo, mas também se relacionava com a questão da identidade étnica germânica e da preservação da língua alemã (defendida por pastores alemães) e a adoção do português e a integração dos imigrantes alemães na sociedade brasileira, defendidos por um e outro grupo. O embate estudado foi também uma reverberação da crescente hegemonia do imperialismo americano sobre a América do Sul, decidida a eliminar possíveis focos de influência alemã no continente durante o período relacionado com as duas guerras mundiais. As fontes utilizadas para a elaboração do estudo são documentos eclesiásticos do período, jornais, boletins, literatura evangelística, atas, assim como fontes secundárias relacionadas com luteranismo, imigração e política internacional no período estudado.

Palavras chaves: luteranismo; imperialismo; identidade étnica; identidade religiosa; religião e relações internacionais.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é professor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Atua na área de docência e pesquisa em História Contemporânea, principalmente nos seguintes temas: protestantismo, imigração, imperialismo, política internacional e política externa do Brasil. Atualmente desenvolve um projeto de pesquisa concentrado na questão das relações entre Brasil e Alemanha Imperial, no período de 1871-1918, com especial foco no imperialismo alemão e na imigração alemã para o Brasil. É coordenador da Especialização em História Contemporânea e Relações Internacionais – PUCPR. Email: wilson.maske@uol.com.br.

Abstract

The objective of this paper is to present the results of a study on a confrontation that occurred in the period 1899-1938, between two groups of active Lutheran missionaries in Brazil, a German one related to the Evangelical Church of Prussia, very nationalistic, and another, American, related to the Lutheran Church – Missouri Synod, and who acted southern Brazil. The Missouri Synod was relatively indifferent to ethnic issues, as present in their political discourse in the early decades of the twentieth century, considered a matter because of the state or other institutions, but not the job of churches. That clash reflected not only theological and dogmatic views distinct within Lutheranism, but also related to the question of German ethnic identity and the preservation of the German language (supported by German pastors) and the adoption of Portuguese by German immigrants, and also their integration into the Brazilian Society, defended by the Americans. The clash studied was also a reflection of the growing hegemony of U.S. imperialism on South America, decided to eliminate possible sources of German influence on the continent during the period associated with the two world wars. The sources used for the preparation of the study are ecclesiastical documents from the period, newspapers, bulletins, evangelistic literature, minutes, as well as secondary sources relating to Lutheranism, German immigration in Brazil and international politics.

Key words: Lutheranism; imperialism; ethnic identity; religious identity; religion and international relations.

Introdução

O presente artigo pretende analisar as relações entre dois grupos de missionários luteranos atuantes no Brasil no período de 1897 a 1938. Este evento revela as relações entre imperialismo e missões religiosas, no nosso caso, protestantes, durante a chamada Era do Imperialismo.

É conhecido amplamente que as potências imperialistas se utilizaram de diversos mecanismos para impor seus interesses e objetivos em territórios por elas dominados. Além da força militar, da administração civil, do controle das comunicações, da escola, também as igrejas e seus prepostos, atuaram muitas vezes, talvez de forma involuntária, a favor dos interesses da potência que dominava ou exercia influência indireta sobre um determinado território. Nosso estudo se relaciona com o embate que ocorreu no Brasil, entre dois grupos missionários luteranos, um alemão e outro americano, que atuaram indiretamente, a favor dos interesses, políticos e diplomáticos, de suas respectivas potências, o Império Alemão e os Estados Unidos.

O recorte temporal principia em 1899, com o início das atividades do trabalho missionário de pastores americanos da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri (Lutheran Church – Missouri Synod/LCMS) no Brasil e termina em 1938, com a promulgação das leis de nacionalização de Getúlio Vargas, que irão afetar principalmente as atividades dos pastores luteranos alemães e instituições a eles ligadas. Esse recorte temporal se justifica, pois vai determinar o período no

qual será mais intenso o embate entre os dois grupos de missionários, os americanos do Sínodo de Missouri e os ligados às missões luteranas alemãs e aos quatro sínodos teuto-brasileiros a elas ligados, o Sínodo Riograndense, o Sínodo Luterano do Paraná e de Santa Catarina, o Sínodo Evangélico de Santa Catarina e o Sínodo do Brasil Central, na Região Sudeste do Brasil.

O início da presença luterana no Brasil – o período pré-sinodal

Apesar de diversas visitas temporárias durante o período colonial, a presença de luteranos em grande número no Brasil somente será consolidada depois da Independência, com a fundação dos núcleos coloniais de São Leopoldo, na Província do Rio Grande do Sul, em 1824, e de Nova Friburgo, na Província do Rio de Janeiro, fundada inicialmente em 1818, com imigrantes suíços, e refundada em 1824, com imigrantes alemães. Podemos ter uma visão da vida nessas colônias e em suas comunidades religiosas por meio de cartas que os imigrantes mandavam para seus parentes que permaneceram na Europa. Numa delas, a imigrante Charlotte Hess, residente em Nova Friburgo, Província do Rio de Janeiro, escrevia a seus sogros que ficaram na Alemanha:

Hoje, finalmente, estamos tomando posse de nosso lote de terra. Por isso, escrevo a vocês, para contar como foi nossa viagem. Ela não foi o que esperávamos, mas pelo menos não tivemos o infortúnio de perder ninguém da família, o que aconteceu com alguns de nossos patrícios, como foi o caso da família Daudt, que perdeu Johann durante a viagem. O próprio Reverendo Sauerbronn perdeu sua esposa no parto de um filho. E o mais triste foi ver nosso pastor fazer a cerimônia de despedida de sua esposa. Apesar de tudo o que vivemos, posso dizer que 'até aqui nos ajudou o Senhor' (1 Sm 7.12).

Já haviam passado mais de 90 dias da nossa saída (não sei bem ao certo) e já era mais de meio-dia, quando o rapaz do alto do cesto da gávea gritou:

– Terra! Terra! Terra, senhor capitão!

Foi uma grande alegria para todos nós. Após tantos dias no mar, tempo que rememoro com muito temor, avistar terra firme foi uma grande felicidade.

Quando pisamos em terra, o que mais nos impressionou no primeiro contato foi ver aquela gente de pele escura. Havíamos ouvido falar que existia gente com pele mais negra do que a nossa ficava quando estava suja de carvão. E eu e Johann nunca havíamos acreditado nisso, até vermos com nossos olhos. Eles são vendidos como nós fazíamos com nossos cavalos, em Darmstadt. Para nós, foi chocante ver aquela gente ser vendida como animais.

Durante os dias em que estivemos aguardando na hospedaria, fomos brindados com a visita do imperador D. Pedro I e sua esposa, a rainha Leopoldina, que é nossa patrícia. Acabamos indo para a *Ville de Nouvelle Fribourg*. O que mais nos impressionou nesse lugar foram as montanhas, muito parecidas com as da nossa pátria. O Sr. Werner Laubach tem nos auxiliado na construção de nossa casa e a Sra. Ana tem nos ajudado com a comida e com suas orações. Muitas vezes nos reunimos para orar e ler minha Bíblia. Ainda bem que a trouxemos! A Bíblia tem sido muitas vezes o nosso sustento.

Sinto ter que partir. Mas, apesar de toda a saudade e de todas as provações, sei que nosso bondoso Deus nos proverá daquilo que for necessário. Sua misericórdia tem sido infinita conosco e sei que sua destra nos acompanhará para onde formos. Seus netos pedem para dizer que eles os amam. Sei que nossa despedida foi definitiva que não nos abraçaremos mais. Na confiança de que esta carta os encontre bem, nós nos despedimos: eu (Charlotte), Johann, Johann Georg, Heinrich Johannes, Georg Phillip, Margaretha, Charlotte, Johannes Conrad, nossa pequena Julianna e minha irmã Margarete.

Que as bênçãos de nosso Senhor Jesus Cristo estejam com vocês e que esta carta os conforte e amenize a dor causada pela distância que nos separa.

Vila de Nova Friburgo, 19 de dezembro de 1824.
Charlotte Hess." (GIRALDI, 2012, p. 107)

Segundo algumas fontes, os luteranos eram em geral 2/3 de todos os imigrantes alemães que aportaram no Brasil, que somavam um total de cerca de 300 mil indivíduos, no período de 1824 até 1960, quando praticamente cessou a imigração desta etnia para o país. Faz se importante notar que os imigrantes alemães não foram os únicos luteranos a imigrar para o Brasil. Os registros demonstram que noruegueses, suecos, dinamarqueses, islandeses, letões, finlandeses e húngaros de religião luterana também se fizeram presentes no Brasil. Mas, dada a grande superioridade numérica dos alemães, aqueles grupos acabaram por se integrar às comunidades luteranas fundadas por estes. Apenas nos grandes centros urbanos, como São Paulo, surgiram comunidades luteranas étnicas separadas, como as comunidades escandinava, húngara e japonesa, que posteriormente se filiaram às Igrejas Luteranas brasileiras.

Interessante notar a prodigalidade do Império do Brasil, oficialmente católico, em receber imigrantes de religião protestante. Isso se deve à predominância de um pensamento liberal em termos religiosos na corte brasileira, liderada por D. Pedro I, na qual eram mais importantes os braços para o trabalho e para o desenvolvimento do país, do que a religião a qual os imigrantes confessavam.

Segundo Dreher (1999, p. 163), José Bonifácio, um dos porta-vozes do Partido Liberal, encabeçou a tarefa de organizar o exército e a armada do novo país independente. Para isso, foram contratados estrangeiros, oficiais militares e também soldados para treinar os brasileiros, assim como para atuar na rápida guerra de independência. A grande maioria dos imigrantes foi direcionada para colônias espalhadas pelo interior do país, notadamente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, no Espírito Santo, e em menor escala, em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Essas comunidades foram estabelecidas em áreas pouco habitadas, onde os imigrantes tinham pouco, ou nenhum contato com a população luso-brasileira. Esse fato irá determinar o lento processo de aprendizado da língua portuguesa e de maior integração dos imigrantes e de seus descendentes na sociedade brasileira. Essas colônias seriam células para a penetração do protestantismo no Brasil, mas também, segundo Dreher (1999, p. 164) do catolicismo da restauração no Brasil, que vinha junto com os imigrantes alemães católicos.

Aliás, esses alemães católicos tinham uma situação um pouco mais segura, pois professavam a religião oficial do Estado e com isso, algumas dificuldades que os imigrantes protestantes em geral tinham que enfrentar, como o não reconhecimento do casamento religioso (numa época

na qual esse valia legalmente e não havia casamento civil), o não acesso a cargos públicos, além de não poderem sepultar seus mortos em cemitérios públicos, além de outras dificuldades para o acesso à plena cidadania, mesmo para os nascidos no Brasil.

Os imigrantes foram quase que abandonados à própria sorte, tendo pouco auxílio do governo brasileiro ou dos governos regionais. Também, em relação aos aspectos religiosos, os imigrantes luteranos, em especial nos primeiros quarenta anos foram quase que deixados por conta própria. Não houve uma política de atendimento destas necessidades espirituais e cura d'almas para os protestantes. Essa não era uma preocupação do governo brasileiro, tampouco os países alemães de onde os imigrantes eram originários, pequenos principados e reinos alemães, tinham uma política de encaminhar pastores para o atendimento destes imigrados, que eram um fardo do qual os governos alemães locais com alívio se livravam. Os poucos pastores luteranos em atuação nesta fase, entre 1824 e 1864, eram eles próprios imigrantes, que acompanhavam suas antigas comunidades, ou que por um motivo ou outro, decidiram imigrar para o Brasil, muitas vezes nem tencionando a assumir uma comunidade religiosa no país.

A imigração alemã no Brasil não teve um caráter religioso. Os imigrantes que se estabeleceram no Brasil, estavam interessados em melhorar suas condições econômicas e a de seus familiares. Não ocorreu no Brasil, o que ocorreria com parte da imigração alemã para os Estados Unidos e para a Austrália, onde muitos luteranos imigraram para fugir da perseguição política ou condicionamento religioso do qual discordavam. Por exemplo: a imigração alemã para a Austrália na década de 1840 foi principalmente conduzida por luteranos das províncias prussianas da Saxônia e da Silésia que discordavam da unificação das Igrejas Luterana e Reformada locais, realizada pelo rei da Prússia em 1817. Interessados em manter o caráter confessional estritamente luterano de sua Igreja, optaram pela imigração. Coisa semelhante ocorrerá com a imigração alemã luterana para o estado americano de Missouri e que terá conexões com as rivalidades surgidas entre as duas Igrejas Luteranas organizadas no Brasil a partir do fim do século XIX, como adiante veremos.

Martin Dreher (1984, p. 53) destaca um fenômeno que ocorre nesta fase pré-sinodal, na qual os imigrantes ainda não contavam com um apoio eclesiástico institucionalizado, que é a figura dos pseudopastores. Muitas vezes, professores ou indivíduos com algum grau de instrução, assumiam a tarefa de conduzir a vida religiosa nas colônias, na falta de pastores com formação acadêmica, ou que tivessem freqüentado algum seminário teológico, para lhes dar embasamento para a tarefa.

João Hauck (2008, p. 239) confirma esta avaliação, destacando que no período de 1845 até 1864, havia pelo menos 61 templos luteranos no Brasil, a maioria deles localizados em ambiente rural. Causa-lhe espanto o fato de tantas colônias alemãs terem tomado a iniciativa de organizar sua vida religiosa, tendo em vista os colonos serem de nível cultural bastante baixo, além de receberem apoio reduzido do governo brasileiro e das igrejas de suas regiões de origem.

Silvia Cristina Lambert Siriani (2003, p. 237) destaca, citando as comunidades luteranas da Província de São Paulo, as grandes dificuldades encontradas pelos protestantes para casar legalmente, para legitimar os filhos e para preservar a herança e as propriedades, em função de que não havia casamento civil no Brasil, valendo apenas o casamento religioso católico. A mesma autora cita que o maior problema enfrentado pelos luteranos em São Paulo era a falta de pastores protestantes, o que obrigava tais colonos, a batizar seus filhos nas paróquias católicas,

para poder garantir a existência legal deles. A autora explica ainda que a imigração alemã para São Paulo foi predominantemente protestante. No entanto, grande parte das famílias acabou por abandonar gradualmente a fé evangélica, passando para o catolicismo romano, devido à grande quantidade de dificuldades legais e à quase inexistência de pastores para officiar os ritos de casamento, batismo e sepultamento em São Paulo, em especial nas regiões rurais do Planalto Paulistano, durante o Império.

Dessa forma, uma Igreja Luterana brasileira demorou muito tempo a se organizar no Brasil. As colônias luteranas estavam muito dispersas por regiões distantes, que pouco se comunicavam, dada também a precariedade dos meios de comunicação no Brasil. Isso também impedia um esforço conjunto para a organização de uma instituição eclesiástica nacional luterana, com seminários para a formação de pastores, missionários, e professores que pudessem atender às demandas locais.

Formação dos sínodos luteranos de imigração alemã e o crescimento do germanismo no Brasil

O ano de 1864 marca o fim do período de abandono das comunidades luteranas teuto-brasileiras. A partir desta fase, sociedades missionárias de diversas regiões começam a financiar o envio de pastores e missionários visando dar conta da demanda por atendimento espiritual entre os luteranos no Brasil. Com isso passam a chegar nas colônias alemãs no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo um importante contingente de pastores formados por faculdades de teologia das várias universidades nos países de língua alemã, mas também em seminários mantidos por instituições focadas no trabalho de missão no exterior, nomeadamente na América Latina, África e Ásia.

Essa fase vai marcar também um reforço da influência política do Reino da Prússia, consolidada com a unificação da Alemanha em 1871 e um aumento grande da influência do forte nacionalismo alemão e do ideal de *Deutschtum* (germanismo ou germanidade), que muitos dos pastores e missionários alemães enviados ao trabalho no Brasil, são portadores. Segundo Dreher (1984, p.57), antes desta fase, as tentativas de pastores de resgatar ou preservar o caráter “germânico” das comunidades luteranas onde trabalhavam, obtinham pouco resultado. Marcante para esse período, é o envio do pastor Hermann Borchard, pelo Conselho Superior Eclesiástico de Berlim, da Igreja Evangélica da Prússia, que direcionou seus esforços para a criação de um sínodo que pudesse congregar as comunidades luteranas do Rio Grande do Sul. Esse sínodo teve pouca duração, sendo dissolvido logo após o retorno de Borchard para a Alemanha em 1870. Além dos enviados prussianos, os luteranos brasileiros receberam também missionários, pastores e recursos da Sociedade Missionária da Basileia (Suíça) e da Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes da América, sediada em Barmen, Alemanha, que passaram a atuar simultaneamente em diversas regiões do Brasil, sempre atendendo imigrantes alemães ou teuto-brasileiros.

Não existem referências nas fontes consultadas acerca da intenção de direcionar também esses esforços missionários para a população brasileira de língua portuguesa. Talvez esse fato se deva a uma tentativa de evitar confrontos com as autoridades brasileiras e com a Igreja Católica,

igreja oficial do Império. No entanto, Duncan Reily (1984, p. 41), comentando a solicitação de 800 Bíblias em alemão pelo pastor Karl Leopold Voges à Sociedade Bíblica Britânica, destaca que o mesmo solicitara também 200 exemplares adicionais do Novo Testamento em português, para trabalho entre as pessoas de língua portuguesa. Esse aspecto das missões alemãs para o Brasil ainda precisa ser devidamente estudado, pois evidentemente pelo comentário citado, havia trabalho de missão com a população lusófona.

Interessante perceber que a Igreja Luterana passa a ser responsável não apenas pela pregação do Evangelho, mas também por resguardar e preservar a língua alemã, as chamadas “virtudes alemãs” e o legado cultural desta etnia, o germanismo ou *Deutschtum*, entre os imigrantes alemães e seus descendentes teuto-brasileiros. Isso é fortemente percebido no Sínodo Riograndense, primeira organização eclesial luterana perene no Brasil, fundada em 1886. Muitos dos pastores alemães enviados para o trabalho pastoral neste sínodo, evidenciam sua preocupação com um trabalho teológico étnico, voltado para as comunidades na perspectiva não só de atender às demandas religiosas mas também, atuar no sentido de preservar o caráter germânico das comunidades, ou ainda de recuperar aquelas já em estado de integração com seu meio-ambiente luso-brasileiro. O Sínodo Riograndense, logo após sua fundação e em função de sua ligação com a Igreja Evangélica da Prússia (da qual logo se tornou uma província), assumiu um caráter confessional unionista, o que causaria alguns inconvenientes e mal-entendidos com comunidades e sínodos de caráter confessional claramente luterano.

É importante destacar que o unionismo foi uma forma de protestantismo na qual as tradições luteranas e calvinistas foram unificadas e as designações, “luterana” e “reformada-calvinista”, foram substituídas pelo simples termo “evangélico”. A Igreja Evangélica da Prússia foi, desta forma, resultado da unificação das pré-existentes Igreja Reformada da Prússia (calvinista) e da Igreja Luterana da Prússia, implementada pelo rei Frederico Guilherme III, em 1817, por ocasião do tricentenário na Reforma Luterana. Essa unificação causou uma série de controvérsias e crises dentro da Igreja Evangélica da Prússia. Motivou inclusive a emigração de comunidades “luteranas” inteiras para a Austrália e para os Estados Unidos, onde estabeleceram Igrejas Luteranas confessionalmente “puras”. Uma destas Igrejas, a Igreja Luterana – Sínodo de Missouri teve um papel importante de confronto com os sínodos evangélicos alemães no Brasil, durante seu trabalho missionário, conforme vemos a seguir.

De forma semelhante, outras regiões de colonização alemã no Brasil, nomeadamente Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, começaram a se organizar em sínodos e associações de modo a atender demandas que talvez pudessem ser trabalhadas em conjunto. Surgiram novas organizações eclesiais regionalizadas denominadas “sínodos”. Esses sínodos seriam praticamente Igrejas independentes e atenderiam às necessidades das comunidades sob sua jurisdição no tocante a cuidado pastoral ou diaconal, no sentido de criação e administração de asilos, hospitais, maternidades e escolas. Além disso, os sínodos se tornaram responsáveis pela defesa dos interesses das comunidades, em termos políticos e econômicos, junto aos governos provinciais e estaduais no Brasil.

Assim, além do Sínodo Riograndense, atuante no Rio Grande do Sul e em algumas localidades de Santa Catarina, devemos destacar a existência do Sínodo Evangélico Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados da América do Sul. Esse sínodo, com sede em Joinville e fundado em

1905, pelo pastor Otto Kuhr, tinha um caráter confessional predominantemente luterano. Estava mais próximo da Igreja Evangélica Luterana da Baviera e recebia auxílio financeiro da Sociedade Gotteskasten, apesar de ter tido comunicação e receber pastores da Igreja Evangélica da Prússia.

Ainda podem ser citados o Sínodo Evangélico de Santa Catarina, fundado em Blumenau em 1911 e o Sínodo Evangélico do Brasil Central, fundado em 1912, com sede em São Paulo e cobrindo a área do Sudeste do Brasil, ambos de confissão unionista. Independentemente da confissão unionista ou luterana, esses sínodos citados assumiam claramente a tarefa da preservação do germanismo, considerado parte do trabalho pastoral e diaconal dos pastores e missionários. Para esses sínodos, a identidade luterana estava intimamente ligada à identidade germânica e poucas foram as vozes que se opuseram a isto no período que antecedeu às guerras mundiais.

A atividade missionária americana do Sínodo de Missouri e a criação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil

De acordo com Prien (2001, p. 524), um primeiro contato entre missionários da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri (SM) e as comunidades luteranas no Brasil ocorreu em 1868, com o pastor Frederick Brutschin, enviado dos Estados Unidos para atuar no Rio Grande do Sul. Em 1899 ele entrou em contato com a direção do SM, solicitando pastores para o preenchimento de numerosas vagas pastorais no Rio Grande do Sul.

Já em 1900, um enviado dos Estados Unidos, pastor Christian J. Broders, foi mandado para averiguar a situação. Percebendo a realidade da demanda, uma primeira comunidade foi fundada em Morro Redondo, na região de Pelotas, zona de colonização alemã no sul do Rio Grande do Sul (VERBAND DEUTSCHER VEREINE, 2008, p. 552). Em 1901, chegou o pastor Wilhelm Mahler ao Rio Grande do Sul, indicado pelo Sínodo de Missouri como diretor de missão para todo o Brasil. Nisso também assumiu a direção da comunidade de São Pedro do Sul. Logo a seguir aportaram outros missionários dos Estados Unidos, que se mostraram muito capazes de atender à demanda, o que logo se tornou conhecido na região, e mais pastores foram sendo pedidos ao Sínodo de Missouri, conforme a fonte consultada. Apenas três anos depois do início das atividades dos missourianos no Rio Grande do Sul, já se contavam treze comunidades, pastoreadas por dez pastores, que eram responsáveis pelo funcionamento das igrejas e das escolas.

Em 1904, foi fundada oficialmente a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, como distrito sinodal da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri. Nessa ocasião, mais dez comunidades e catorze pastores aderiram à nova Igreja. O pastor Mahler, até então presidente da missão, foi designado presidente do distrito sinodal. Após a criação do distrito, o Sínodo de Missouri expandiu-se rapidamente pelo Rio Grande do Sul. Um motivo para isso foi a política de colonização do Estado do Rio Grande do Sul, colocada em prática a partir de 1908, que aumentou o estímulo à imigração alemã. Muito rapidamente as fronteiras do Rio Grande do Sul foram ultrapassadas, recebendo o Sínodo de Missouri a adesão de comunidades luteranas desassistidas em Santa Catarina e no Paraná. O rápido sucesso de suas atividades não deixou de ser percebido pelos antigos sínodos alemães, que passaram a ver com grande desconfiança a chegada e a atuação do Sínodo de Missouri, fartamente financiadas pela igreja-mãe nos Estados Unidos. Segundo Prien (1984, p.

524), o sucesso dos missourianos teria mais conexão com o interesse na assistência espiritual oferecida, do que em seu confessionalismo. Mas ele pode estar refletindo o ressentimento e despeito que os pastores dos sínodos alemães estavam sentindo ao verem muitas comunidades simplesmente solicitarem a filiação ao SM e abandonarem os velhos sínodos alemães. Por outro lado, a ação do Sínodo de Missouri também não poderia ser considerada uma legítima “missão”, pois todo o trabalho de organização das comunidades era a eles poupado, uma vez que a assistência pastoral era feita com luteranos desassistidos em comunidades e templos já existentes, que faziam parte dos sínodos pré-estabelecidos. Para os pastores alemães, os missionários do Sínodo de Missouri estavam subtraindo suas comunidades, organizadas após duro trabalho, que se deixavam atrair por um serviço mais barato.

Segundo Prien, apesar da sua origem americana, todos os pastores do Sínodo de Missouri tinham que falar alemão, pois, nesta fase, no início do século XX, essa ainda era a língua da esmagadora maioria dos luteranos no Brasil (1984, p. 524). Em defesa do Sínodo de Missouri, podemos citar que muito rapidamente seus pastores começaram um trabalho de tradução de hinários, de material didático, de literatura evangelística, dos documentos confessionais, da Confissão de Ausgsburgo, do Catecismo Menor e do Livro de Concórdia, do alemão e do inglês para o português, objetivando claramente que seu projeto, talvez fosse, utilizar as comunidades teuto-brasileiras como uma base para uma missão posterior para todo o Brasil.

De qualquer forma, em geral, os pastores do SM assumiam uma postura de neutralidade em relação às questões relacionadas com o germanismo. Argumentavam que esse era um assunto político e que não estavam interessados em se imiscuir nele. René Gertz (1991, p.35), exemplifica a posição “antigermanista” do Sínodo de Missouri. Segundo o autor, o

SM surge em 1904 em oposição ao Sínodo Riograndense, já estabelecido desde a década de 1880 e intimamente ligado à Igreja Luterana da Alemanha. O Sínodo de Missouri, por sua vez, estava ligado a uma das igrejas luteranas dos Estados Unidos e para disputar o terreno com o Sínodo Riograndense precisava apresentar, além de divergências teológicas abstratas, diferenças mais palpáveis. Uma delas foi a evangelização transétnica, representada simbólica e ostensivamente pela criação de uma comunidade negra na região de Pelotas.

Imperialismo, Guerra e Rivalidade entre Americanos e Alemães

A relação dos missourianos com o Sínodo Riograndense foi passando de mal a pior. Segundo Prien, de importância central foi a criação de uma comunidade, em fins de 1902, em Porto Alegre, onde viviam aproximadamente 20 mil descendentes de alemães, em sua maioria de origem protestante, mas onde existia somente uma comunidade do Sínodo Riograndense. Os missourianos ainda deram outro passo à frente, com a criação do Seminário Concórdia em Porto Alegre, para a formação de professores e pastores brasileiros, além de oferecer bolsas de estudo em universidades americanas para complementação acadêmica de seus pastores brasileiros. Isso graças às subvenções financeiras da Igreja Luterana – Sínodo de Missouri, que já orientavam seu distrito brasileiro para uma integração ao cenário brasileiro e expansão não só para os antigos quatro sínodos alemães, como também para regiões onde a migração interna de teuto-brasileiros

ainda não tinha levado as comunidades luteranas. Antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, já estavam estabelecidas as primeiras comunidades luteranas brasileiras, sem conexão com a imigração alemã, em regiões como Pernambuco e Ceará.

Possivelmente o governo americano olhava com bons olhos a ação dos missionários do Sínodo de Missouri, avançando sobre uma área de influência da Alemanha na América do Sul. Conforme Andrew Preston (2012, p. 259), os Estados Unidos não deixaram de utilizar sutilmente as missões religiosas protestantes, metodistas, presbiterianas, episcopais e batistas para atingir seus objetivos diplomáticos e políticos internacionais. Em várias ocasiões, missionários protestantes serviram aos interesses americanos na América do Sul e em outras regiões. Verificamos, em estudo anterior, a intervenção americana no Paraguai durante a Segunda Guerra Mundial, realizada por meio da ação de missionários protestantes que atuaram como vigilantes da movimentação de simpatizantes do nazismo em colônias alemãs daquele país (AUTOR, 2004, p. 189). Nessa ocasião, missionários menonitas atuaram como informantes da embaixada americana em Assunção e mesmo intervieram contra a ação de adeptos do nacional-socialismo nas colônias alemãs menonitas no Paraguai. Possivelmente missionários do Sínodo de Missouri, ao entrar no Brasil, poderiam ter passado pela embaixada americana no Rio de Janeiro, para informar suas chegadas, e eventualmente recebido alguma instrução quanto a observar a movimentação de nacionais alemães ou representantes de instituições alemãs e repassar posteriormente tais informações.

Enquanto isso, os quatro sínodos, em especial o Sínodo Riograndense, ainda permaneciam voltados para a Alemanha. Prien, relata a reação violenta do secretário-geral da Sociedade Gustavo Adolfo, em 1908: o

Sínodo de Missouri no Rio Grande do Sul é um inimigo mortal da organização eclesiástica evangélica, um perigo sem igual. A luta contra o Sínodo de Missouri exige que a Igreja Evangélica seja fortalecida na área da organização, dos recursos financeiros e humanos por uma ajuda abrangente da pátria.

Nesta citação fica clara a intervenção de agências oficiais do governo alemão na condução dos negócios relacionados com a missão evangélica, assim como a real concorrência entre as duas forças que disputavam as comunidades luteranas.

Prien comenta ainda que os sínodos alemães acusavam recorrentemente o Sínodo de Missouri de se apropriar de comunidades luteranas pertencentes a outros sínodos. Os missourianos contra argumentavam que só se apresentavam onde eram convidados formalmente pelo presidente da comunidade. De fato, muitas comunidades ficavam longos períodos sem pastores e a fama era de que o Sínodo de Missouri era capaz de fornecer rapidamente pastores para atender à demanda. Além disso, as contribuições financeiras das comunidades missourianas eram menores, pois a Igreja Evangélica Luterana do Brasil ainda não era uma igreja autônoma, mas um distrito sinodal da americana Igreja Luterana – Sínodo de Missouri. Com isso, grande parte da remuneração dos pastores, livros, literatura evangélica, material didático, recursos para a construção de templos e obras diaconais (escolas, hospitais etc.) vinha dos Estados Unidos. Isso dava a impressão às muitas comunidades luteranas de imigrantes alemães pobres e de pés descalços de que o Sínodo de Missouri era uma igreja rica, que não precisava tanto de seus dízimos e contribuições financeiras. A questão da confessionalidade, mais luterana ou mais evangélica, era um tema

essencial para os pastores e teólogos, tanto dos sínodos alemães, quanto dos missourianos. Mas não para colonos de pouca instrução, perdidos nas grotas do interior do Sul do Brasil. Para eles, carentes de acompanhamento espiritual e serviço diaconal, era um importante apoio sempre bem vindo, não importando de onde viesse.

Em função disso, a ação do Sínodo de Missouri era, de fato, um real perigo para os outros sínodos. Era um atendimento mais barato, mas não de qualidade inferior. E eles sabiam disso. Daí a reação violenta dos alemães aos americanos. Isso não significa que as comunidades luteranas não discutissem entre si as questões relacionadas com a confessionalidade luterana. Segundo Prien, isso ocorria sim e de forma muito intensa. Muitas comunidades foram divididas, uma parte ficando com o sínodo alemão e outra migrando para os missourianos. Existem casos ainda hoje, nos quais permanecem duas igrejas luteranas numa mesma localidade, às vezes uma em frente à outra, mas cujos pastores e membros de cada uma não se falam e se evitam. Esse tipo de controvérsia foi mais frequente no Rio Grande do Sul, onde o Sínodo Riograndense era convictamente evangélico e germanófilo e o Sínodo do Missouri foi visto como um verdadeiro inimigo a ser eliminado. Em outras regiões, como no Paraná e em Santa Catarina, o Sínodo Luterano era conduzido pela Gotteskasten, ligada à Igreja Evangélica Luterana da Baviera, confessionalmente luterana, mas bem mais disposta ao diálogo e à cooperação. Nessas regiões o conflito foi bem menor, pois havia uma identidade confessional luterana comum e só não houve uma fusão com o Sínodo de Missouri em função de discordâncias relacionadas com a questão étnica, à qual os missourianos eram indiferentes, mas tentavam incentivar as comunidades para passar ao trabalho em língua portuguesa, o que lhes interessava, tendo em vista projetos de médio e longo prazo no que se refere ao trabalho missionário entre a população brasileira lusófona.

No entanto, os missourianos também tiveram retrocessos na sua ação. Apesar do pesado investimento na produção de material em português e incentivo à missão entre luso-brasileiros, poucos deles se convertiam ao luteranismo. As comunidades missourianas permaneciam com o mesmo background das comunidades dos outros sínodos: quase todos os membros eram de origem alemã. Quando havia algum luso-brasileiro ou luso-brasileira entre eles, era por questão de casamento. Em 1938, segundo Prien (2001, p. 526), cerca de 85% das prédicas proferidas pelos pastores ainda eram em alemão e isso era feito porque simplesmente as pessoas não entendiam português.

Uma melhora da situação foi sentida com a proibição da língua alemã por Vargas. Agora os luteranos começaram a ser forçados a passar para a língua portuguesa. Apesar de o Sínodo de Missouri sofrer igualmente, como os sínodos alemães, com a pressão do Estado Novo, houve um forte impulso para a lusofonia entre os luteranos. Um incentivo redobrado foi colocado na produção de material em língua portuguesa, esforço que já era feito desde 1917. Hinários, Bíblias, Novos Testamentos começaram a ser utilizados em português. Aulas de português foram ofertadas para pastores e membros das comunidades. Para Rehfeldt (1962, p. 198), a política de nacionalização de Vargas foi uma vantagem. O abrasileiramento foi intenso. Novas comunidades eram fundadas em regiões sem imigração alemã, totalmente lusófonas. Em Pernambuco, no Ceará, na Bahia surgiam pequenas comunidades luteranas, ligadas ao Sínodo de Missouri, com membros brasileiros. Ao mesmo tempo, ampliava-se a influência da Igreja-mãe nos Estados Unidos, o que apenas muito mais tarde começaria a ser relativizado. Intensificava-se também

seu afastamento com os outros sínodos luteranos, que lentamente iam moldando seu processo de unificação. Somente a partir da década de 1980 as duas Igrejas Luteranas do Brasil partiriam para um diálogo de apaziguamento e surgiram alguns projetos em comum.

No que se refere aos sínodos alemães, os anos 1937/1945 foram os piores anos de sua história. Grande quantidade de pastores e de membros foram presos, as comunidades vigiadas, a opinião pública e a mídia brasileiras começaram a ver as comunidades luteranas como inimigos internos. Segundo René Gertz, todas as instituições religiosas e sínodos luteranos eram germanistas, com exceção do Sínodo de Missouri. Esses sínodos eram devotados à sua identidade luterana, mas também à sua origem étnica germânica.

Os sínodos alemães, em conjunto, abrangiam comunidades luteranas desde a Bahia até o Rio Grande do Sul. Cada um tinha características e identidades confessionais próprias. Uns mais luteranos, outros mais influenciados por tendências calvinistas da Igreja Evangélica Alemã. Compartilhavam seu devotamento em acompanhar e dar assistência espiritual aos imigrantes alemães e seus descendentes teuto-brasileiros em sua jornada pelo Brasil. O trabalho de missão entre a população brasileira era pequeno e poucos pastores demonstravam interesse em fazê-lo. A Primeira Guerra Mundial e depois a Segunda Guerra Mundial tiveram efeitos dramáticos e mesmo catastróficos na vida dos Sínodos Luteranos, transplantados da Igreja-mãe alemã na Europa. Nesse drama, os sínodos assumiram a tarefa de serem os porta-vozes da comunidade teuto-brasileira luterana em relação aos governos estaduais e ao governo federal.

De forma semelhante ao que ocorreu com o Sínodo de Missouri, a política de nacionalização de Vargas se transformou numa virtude para os Sínodos Luteranos Alemães. Ela forçou os sínodos a trabalhar mais estreitamente entre si para defender seus membros frente à pressão do governo federal e do contexto social hostil. Isso somente seria possível com a criação de uma grande igreja luterana brasileira unida, reconhecida pelo governo brasileiro. O primeiro passo para isso seria possibilitar a formação completa de pastores e missionários luteranos no Brasil. Como províncias da Igreja Evangélica da Prússia, os sínodos eram supridos com pastores que recebiam sua formação nos seminários teológicos alemães. Isso não seria mais possível. Então, já em 1946, foi criada a Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo, cujo objetivo era a formação de alto nível para pastores luteranos brasileiros que atendessem os quatro sínodos. Depois, inclusive o seminário passou a receber também estudantes de outros países da América do Sul, em especial argentinos e uruguaios.

Em seguida, os quatro sínodos se uniram numa federação sinodal, consolidada em 1949, com sede em Porto Alegre, mas com um escritório no Rio de Janeiro, para facilitar a comunicação com o governo federal.

Mas, antes disso, a discussão era a questão da filiação confessional. Para tal, a federação sinodal se identificou em 1950 como uma igreja confessional luterana, se declarando igreja derivada da Reforma Luterana e adotou como documentos confessionais a Confissão de Augsburgo de 1530 e o Catecismo Menor de Martinho Lutero. Logo depois, a federação sinodal adotou também o nome Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Gradualmente a língua alemã foi sendo substituída pela língua portuguesa, ao passo que a IECLB passou a se identificar como uma igreja cristã, da Reforma Luterana, para servir a todos os brasileiros, mas sem negar suas origens imigrantes.

Para obter o reconhecimento internacional e de suas Igrejas Luteranas irmãs de outros países, filiou-se ao Conselho Mundial de Igrejas em 1950 e à Federação Luterana Mundial em 1952. Em 1962, abandonou a designação federação sinodal e adotou exclusivamente, dali em diante, a denominação Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e os sínodos passaram a ser denominados de regiões eclesásticas, até reformulação posterior.

Considerações Finais

O confronto entre as duas denominações luteranas no Brasil reflete o cenário de expansão das missões protestantes no mundo do imperialismo. Percebemos que as missões religiosas podem conter em si não apenas o objetivo de divulgar uma determinada fé e converter populações a um novo credo ou consolidar um antigo. Podem também conter objetivos políticos em si, atendendo aos interesses de determinados grupos ou de uma potência política e econômica específica. Mas também o contrário, um determinado grupo religioso pode aproveitar os interesses políticos de uma potência imperialista, para expandir sua clientela de convertidos. Isso, sem contar que um grupo religioso, como no nosso caso, os luteranos, pode se ver associado com uma potência política e econômica e sofrer as consequências disto.

No Brasil dos primeiros quarenta anos do século XX, pudemos perceber essa experiência, através do embate confessional entre dois grupos de missionários e pastores luteranos, alemães e americanos, que tentavam genuinamente atender à demanda por orientação espiritual e cuidado pastoral, mas que também trabalhavam a favor, dos interesses imperialistas da Alemanha e dos Estados Unidos no Brasil, ainda que de modo não intencional, em muitas ocasiões.

Referências Bibliográficas

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. 2011. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília.

DREHER, Martin Norberto. 1984. *Igreja e Germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo: Sinodal/EST/EDUCS.

_____. *A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial*. 1999. São Leopoldo: Sinodal.

GERTZ, René. 1991. *O perigo alemão*. Porto Alegre: UFRGS.

GIRALDI, Luiz Antonio. 2012 *A Bíblia no Brasil Império – Como um livro proibido durante o Brasil Colônia tornou-se uma das obras mais lidas nos tempos do Império*. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil.

HAUCK, João Fagundes. 2008. *História da Igreja no Brasil – Segunda Época – Século XIX*. Petrópolis: Vozes.

LISBOA, Karen Macknow. 2011. *Mundo novo, mesmo mundo: viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942)*. São Paulo: Hucitec-Fapesp.

LUTHERISCHE KIRCHE IN BRASILIEN. 1955. *Festschrift zum 50. jährigen Bestehen der lutherischen Synode am 9. Oktober 1955*. Joinville/São Leopoldo: Rotermund.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. 1998. *Pangermanismo e nazismo, a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Unicamp-Fapesp.

MARLOW, Sérgio Luiz. 2002. Nacionalismo e Igreja: o Estado Novo e a Igreja Luterana “Sínodo de Missouri”. In: *IV Encontro Regional de História, 2002, Vitória – ES. IV Encontro Regional de História – ANPUH-ES*.

MASKE, Wilson. 2004. *Entre a Suástica e a Cruz: a fé menonita e a tentação totalitária no Paraguai*. Curitiba: Tese de Doutorado, UFPR.

PRESTON, Andrew. 2012. *Sword of the Spirit, Shield of Faith: Religion in American War and Diplomacy*. Nova York: Alfred A. Knopf.

PRIEN, Hans-Jürgen. 2001. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo : Petrópolis: Sinodal : Vozes.

REHFELDT, Mário L. 1962. *The first fifty years of the history of the Igreja Evangélica Luterana do Brasil*. Saint Louis, Missouri: Concordia Seminary Press.

REILY, Duncan A. 1984. *História Documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: ASTE.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. 1967. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. 2003. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

VERBAND DEUTSCHER VEREINE. 1999. *Cem Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924*. São Leopoldo: Unisinos.